

- b) Habilitações literárias;
c) Quaisquer outros elementos que os candidatos considerem relevantes para a apreciação do seu mérito ou passíveis de constituir motivo de preferência legal.

8.2 — O requerimento deverá ser acompanhado de fotocópia do documento comprovativo da posse das habilitações literárias.

8.3 — A falta dos documentos que devem acompanhar o requerimento de admissão ao concurso sem razão justificativa é motivo de exclusão, nos termos do n.º 7 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

8.4 — As falsas declarações serão punidas nos termos da lei.

9 — Selecção dos candidatos:

9.1 — A selecção dos candidatos será feita através da aplicação dos seguintes métodos de selecção:

Exame médico de selecção — com carácter eliminatório;

Prova teórica de conhecimentos oral;

Prova prática de conhecimentos.

A prova de conhecimentos será pontuada na escala de 0 a 20 valores e consistirá na realização de uma prova oral, que incidirá sobre a legislação a seguir indicada:

Estatuto Disciplinar dos Funcionários e Agentes da Administração Central, Regional e Local, Decreto-Lei n.º 24/84, de 16 de Janeiro;

Regime de Férias, Faltas e Licenças dos Funcionários e Agentes da Administração Pública, Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, com as devidas alterações introduzidas pela Lei n.º 117/99, de 11 de Agosto, e pelo Decreto-Lei n.º 157/2001, de 11 de Maio;

Carta Deontológica do Serviço Público, aprovada por resolução do Conselho de Ministros de 18 de Fevereiro de 1993.

Prova prática de conhecimentos — trabalhos inerentes à categoria, designadamente:

Varredura;

Limpeza de sarjetas;

Recolha de contentores;

Lavagem de ruas, contentores.

10 — Critérios de classificação:

10.1 — A classificação final dos candidatos será expressa pela média aritmética simples das classificações dos diversos métodos de selecção, na escala de 0 a 20 valores, efectuada com a seguinte fórmula:

$$CF = \frac{PTCO + PPC}{2}$$

em que:

CF = classificação final;

PTCO = prova teórica de conhecimentos oral;

PPC = prova prática de conhecimentos.

10.2 — Os critérios de apreciação e ponderação do sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

11 — Publicitação das listas — as listas de admissão dos candidatos e de classificação final serão afixadas no átrio do edifício sede da CMO, Largo do Marquês de Pombal, e no edifício do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, Rua de 7 de Junho, em Oeiras.

12 — É fixada a reserva de lugares na categoria acima referenciada para candidatos com deficiência, devidamente comprovada, com um grau de incapacidade igual ou superior a 60 % em cumprimento do disposto no artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

13 — Composição do júri do concurso:

Presidente — Dr.ª Zalinda Maria Campilho Coelho, directora do Departamento de Ambiente e Equipamento.

Vogais efectivos:

1.º Dr. Paulo Alexandre Lourenço Santos Agostinho, chefe da Divisão de Serviços Urbanos.

2.º Américo Augusto Carvalho Areias, encarregado de brigada dos Serviços de Limpeza.

Vogais suplentes:

1.º Carlos Manuel Santos Pereira, encarregado de brigada dos Serviços de Limpeza.

2.º Alfredo Rebelo Pereira, chefe dos Serviços de Limpeza.

O presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos, será substituído pelo 1.º vogal efectivo.

9 de Abril de 2007. — A Directora do Departamento de Gestão de Recursos Humanos, *Célia Simões*.

2611004550

CÂMARA MUNICIPAL DE PESO DA RÉGUA

Aviso (extracto) n.º 7102/2007

Contratação de pessoal a termo resolutivo certo

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 26 de Fevereiro de 2007, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da alínea f) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Helena Isabel Borges Pinto dos Santos para exercer funções inerentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenharia civil (escalon 1, índice 400), com início no dia 1 de Março de 2007 e válido até ao dia 28 de Fevereiro de 2008.

26 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves*.

2611004390

Aviso (extracto) n.º 7103/2007

Contratação de pessoal a termo resolutivo certo

Para os efeitos previstos no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho do presidente desta Câmara Municipal de 20 de Março de 2007, foi celebrado contrato de trabalho a termo resolutivo certo, ao abrigo da alínea i) do n.º 1 do artigo 9.º da Lei n.º 23/2004, de 22 de Junho, com Carlos Miguel Sequeira Vieira para exercer funções inerentes à categoria de técnico superior de 2.ª classe da carreira de engenharia civil (escalon 1, índice 400), com início no dia 21 de Março de 2007 e válido até ao dia 30 de Setembro de 2007.

26 de Março de 2007. — O Presidente da Câmara, *Nuno Manuel Sousa Pinto de Carvalho Gonçalves*.

2611004387

CÂMARA MUNICIPAL DE PINHEL

Aviso n.º 7104/2007

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 27 de Fevereiro de 2007, se procedeu à nomeação para um lugar de técnico superior de 2.ª classe de arquivo da Dr.ª Maria Guerra Crespo, na sequência do concurso externo de ingresso para provimento de um lugar de técnico superior de 2.ª classe de arquivo, aberto por despacho de 24 de Agosto de 2006.

A candidata nomeada deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

5 de Abril de 2007. — O Presidente da Câmara, *António Luís Monteiro Ruas*.

2611004383

Aviso n.º 7105/2007

Aviso de nomeação

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente do município de 9 de Março de 2007, se procedeu à nomeação para um lugar de assistente administrativo especialista de José António dos Reis Fidalgo, na sequência do concurso interno de acesso limitado para provimento de um lugar de assistente administrativo especialista, aberto por aviso de 13 de Novembro de 2006.

O candidato nomeado deverá apresentar-se a aceitar o lugar nos 20 dias imediatos ao da publicação do presente aviso no *Diário da República*. (Isento do visto do Tribunal de Contas.)

6 de Abril de 2007. — O Presidente do Município, *António Luís Monteiro Ruas*.

2611004346

Aviso n.º 7106/2007

Aviso de nomeação

Para os devidos efeitos se faz público que, por despacho do presidente da Câmara de 9 de Abril de 2007, se procedeu à nomeação definitiva da técnica superior de 2.ª classe de gestão Dr.ª Marisa Adélia Marques dos Santos Monteiro, depois de analisado pelo júri do concurso o relatório de estágio, no qual foi-lhe atribuída a classificação de 17 valores, ficando posicionada no escalon 1, índice 400.